

Governador afasta o acusado

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, afastou ontem seu secretário particular, Fábio Simão, acusado pela Polícia Civil de envolvimento em desvio de verbas do orçamento e no esquema PC. Roriz, no entanto, acredita na inocência de Simão e explica que ele está afastado até o final das investigações. "Se ele provar sua inocência, do que eu estou convencido, voltará a trabalhar normalmente comigo", disse Roriz.

O afastamento do secretário foi feito através de decreto baixado ontem pelo governador. No domingo, os dois conversaram na Residência Oficial de Águas Claras e, segundo Roriz, Fábio jurou inocência e chegou a chorar, negando qualquer ligação com o empresário Leonílson Salvador da Silva, dono da Via Brasil Taxi Aéreo, suspeito de tráfico de drogas.

Apesar de não conseguir provar a participação de Leonílson no tráfico de drogas, o titular da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes, Teodoro Rodrigues, disse ter desvendado um "grande esquema de corrupção dentro do governo do DF", em que Fábio Simão é apontado como intermediário das propinas enviadas por empresários ao governador. Durante as investigações, iniciadas em 21 de janeiro, com a autorização de Roriz, a polícia fez escutas telefônicas e ouviu o nome do governador citado algumas vezes como sócio de Leonílson na Via Táxi Aéreo.

"Meu relacionamento com Leonílson é estritamente comercial. Em minhas viagens particulares costumo fretar aviões da Via Brasil e, nos meus embarques, o Leonílson sempre me esperava na porta do avião, numa demonstração de sim-

patia e apreço a minha pessoa, nada mais", diz Roriz, acrescentando que em suas viagens oficiais só usa avião de carreira. Questionado se já voou no jato Lear Jet 55, prefixo PT-OOW, comprado pela Via Brasil do deputado João Alves (PPR-BA), Roriz disse não se lembrar, reafirmando que usava os aviões mediante pagamento do frete.

Roriz criticou o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) e os deputados Aloizio Mercadante (PT-SP) e Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) por terem solicitado as 18 fitas gravadas pela polícia sem informar ao presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA). O governador disse que os parlamentares levaram à CPI um assunto "estritamente policial, que nada tem a ver com a questão do orçamento".